

NOVOS CORTES NA PRAIA

Electra e Governo em ambien

Actualidade

Sexta-feira, 26 de Maio de 2006

Regressa à cidade da Praia o fantasma dos apagões que deixaram a população com o cabelo mais branco, no Verão passado. A retirada dos geradores suplementares das centrais do Palmarejo e da Gamboa, sem que haja uma alternativa no horizonte, promete um Verão insuportável para os praienses. E ameaça lançar a cidade da Praia numa nova onda de black-outs, repetindo-se assim o cenário vivido no Verão passado. A Electra não descarta esta hipótese pois, segundo Rui Santos, a empresa vai ter de proceder à manutenção dos grupos e ser obrigada a fazer cortes programados à cidade. Aliás, as primeiras interrupções no fornecimento de energia à ilha de Santiago começaram esta semana, dizem que por causa de uma avaria.

Por: KIM-ZÉ BRITO



“A situação que estamos prevendo vai ser idêntica àquela vivida na cidade da Praia entre Agosto e Setembro do ano passado. A potência instalada é igual e dá para corresponder às necessidades da população, excepto quando houver uma avaria ou nos casos de manutenção. O problema é que não dispomos de reservas de energia, o que nos obriga a proceder aos cortes”, explica Rui Santos, que, segundo diz, foi apanhado de surpresa pela notícia da retirada dos oito geradores da empresa “Energias Renováveis”, quatro instalados na central do Palmarejo e quatro na zona da Gambôa. É que, pelas contas do responsável da Electra, o contrato entre o Governo e a dita empresa deveria terminar no dia 7 de Junho e não a 22 de Maio. Quinze dias que, na prática, não fazem grandes diferenças mas que, confessa Santos, apanharam a Electra descalça.

Segundo Santos, a Electra chegou a alertar o Governo para a necessidade de se prolongar o acordo com a “Energias Renováveis”, cujos equipamentos entraram em funcionamento por diversas vezes, durante o tempo de vigência do contrato. Isto porque, como explica, a Electra não está em condições financeiras de proceder a um aumento imediato da potência instalada na

Praia e a retirada desse apoio iria provocar o regresso ao quadro anterior. Mas, como resposta, Santos soube da “eventualidade do Governo antecipar o período de validade do acordo com a “Energias Renováveis de Cabo Verde”, que deve cessar logo após a realização do festival da Gambôa”.

Para evitar essa saída, a Electra, segundo Santos, tentou ainda dilatar a permanência dos geradores nas suas instalações elétricas, mas sem sucesso. “Contactámos a empresa mas ficámos com a sensação de que ela não estava interessada no negócio. Levou dois meses para responder à nossa carta e resolveu depois avançar com um valor astronómico. Solicitamos alguns esclarecimentos, mas responderam com o silêncio”, explica Rui Santos, garantindo que a Electra continua a sondar outras empresas no intuito de solucionar o problema de abastecimento em energia à cidade capital do país. Por enquanto não há uma solução imediata à vista para o dilema que, na opinião de Rui Santos, ultrapassa a empresa.

A estabilidade energética da capital passa pela aquisição de novos grupos geradores, que aguardam, segundo Santos, financiamento do Banco Africano de Desenvolvi-

mento. Contudo, o processo de negociação vai demorar o seu tempo.

A Electra, segundo Santos, já está preparada para a avalanche de críticas e reclamações da população, quando os cortes começarem a ser mais frequentes. A empresa ainda não sabe quando vai iniciar a manutenção dos dois grupos do Palmarejo, mas assegura que tal vai acontecer ao longo deste ano, provavelmente no período do Verão. Tudo vai depender da data da chegada das peças sobressalentes, que já foram requisitadas.

A OUTRA VERSÃO

A Electra tinha conhecimento das condições e do prazo de vigência do contrato celebrado entre o Governo e a empresa Energias Renováveis de Cabo Verde, por isso não pode alegar surpresa na retirada dos geradores, diz Abrão Lopes, Director-Geral da Indústria e Energia. “Prova disso é que estivemos em árduas negociações com a Electra entre Novembro e Dezembro de 2005, para podermos implantar os geradores de potência suplementar. Isso prova que a empresa tinha conhecimento, desde o início, do prazo do contrato”, defende

PUB

nte de ruptura



energia na cidade da Praia.

O acordo com a “Energias Renováveis”, esclarece Lopes, partiu do Executivo que assumiu sozinho os encargos. Segundo Abrão Lopes, os geradores alugados injectaram um milhão e quinhentos mil quilowatts de energia na rede da Praia, entre Dezembro e Maio deste ano.

A manutenção do acordo com a empresa locadora dos geradores não poderia prosseguir num tempo indeterminado e sob as custas do Estado. Apesar das perspectivas de novos cortes, Lopes assegura que o Governo não pretende continuar a suportar esse encargo. “Pelo acordo de concessão, quem deve assumir a incumbência de abastecer o país em água e energia é a Electra. O aluguer dessa potência suplementar foi um bónus e a empresa não pode vir assacar responsabilidades ao Governo, nesta matéria”, diz o Director-Geral da Indústria e Energia, antes de afirmar que ele próprio tentou colocar a Electra e a “Energias Renováveis” em contacto para chegarem a um acordo sobre a permanência dos geradores na cidade da Praia. Mas, pelos vistos, o entendimento foi impossível. O certo, como reconhece Abrão Lopes, é que se vislumbram momentos difíceis no horizonte e que podem perturbar a vida da população da Capital, com implicações no funcionamento do país, a todos os níveis.

Toda esta celeuma ganha vida nas vésperas de mais uma Assembleia-Geral dos accionistas da Electra marcada para 2 de Junho, em S. Vicente. Uma reunião cuja agenda contempla a aprovação do relatório e contas da Electra, eleição dos corpos sociais, recapitalização da empresa e aprovação do plano de negócios para 2006-08.

Entretanto, o Estado, na qualidade de accionista, terá canalizado 272 mil contos para contas da Electra, entre os meses de Dezembro e Janeiro. Esse dinheiro, segundo Abrão Lopes, visou a recapitalização da empresa, tal como ficou estipulado na última assembleia-geral dos accionistas. Além disso, assegura o responsável pela Indústria e Energia, o Estado continuou a respeitar o acordo do défice tarifário, assinado em 2003.

Recorde-se que a Electra já endereçou uma proposta de actualização tarifária à Agência de Regulação Económica e que visa contrabalançar os custos suplementares provocados com o aumento do preço dos combustíveis. Ainda a ARE não se pronunciou sobre esta questão mas tudo indica que será para breve o aumento de luz e água. Aliás, essa deve ser via que Electra espera conseguir os encaixes financeiros de que precisa para arrancar com novos investimentos.

Lopes, que enfatiza a postura do Governo neste dossier ao assumir um “elevado custo” com a empresa Energias Renováveis de Cabo Verde e que visava conceder tempo à Electra para esta solucionar, pelo menos, o problema da manutenção dos geradores. Porém, assegura Abrão Lopes, a empresa ficou parada no tempo.

“Dissemos à Electra que o Governo ia assumir essa responsabilidade por seis meses, para que os problemas de manutenção fossem resolvidos. Nada disso foi feito, logo a Electra não pode vir acusar o Governo de nada, sabendo de antemão que a sua responsabilidade é assegurar o abastecimento de energia e água em quantidade e qualidade à população cabo-verdiana”, afirma Lopes, que, segundo diz, chegou a alertar a Electra, a 27 de Março, para a retirada dos geradores.

O Director da Indústria e Energia diz ainda que solicitou à empresa informações sobre as medidas que tinha agendado para garantir o normal abastecimento da capital em água e electricidade. “Nunca recebi uma resposta”, assevera a nossa fonte, sublinhando que a Electra chegou a negar um convite do Governo para juntos encontrarem uma solução para a crise de



Governo assina contrato com outra empresa

O Ministro da Economia, Crescimento e Competitividade, João Pereira Silva, garante que o Governo vai ter que tomar medidas “mais profundas” em relação à Electra, já que esta teve seis meses para solucionar todos os problemas técnicos em relação à produção de energia e nada fez.

Falando do Sal, onde estava a participar no fórum público privado, Pereira Silva anunciou que frente à incapacidade da Electra de cumprir o contrato de concessão que assinou com o Estado de Cabo Verde, o governo já emitiu uma licença de produtor independente à empresa Energias Renováveis de Cabo Verde que deverá instalar, até o final deste ano, um gerador de 12 megawatts na cidade da Praia. O que não pode, diz o ministro, é “o Estado vender mais de 50% da empresa, ter uma gestão que é totalmente privada – o Estado é minoria na empresa e nos seus órgãos de direcção – e ser o Estado a alugar potências suplementares para poder dar a água e a electricidade que os cabo-verdianos demandam. O Estado fez isso durante seis meses e continua tudo na mesma”. Até porque o Estado não substituiu a concessionária que tem obrigações contractuais que tem de cumprir, afiança João Pereira Silva.

Mesmo assim, o ministro é cauteloso em avançar mais detalhes sobre as medidas que pretende tomar com a Electra, pois ainda tem que fazer proposta ao Conselho de Ministros. Contudo, o governo, promete Pereira Silva, irá propor certamente soluções para evitar a situação do ano passado quando a capital enfrentou uma verdadeira crise de energia. Uma situação que se arrastou até ao período eleitoral. Foi “quase uma tentativa de condicionar o desempenho do governo nas eleições”, afirma.

Sexta-feira, 26 de Maio de 2006

Actualidade

PUB

PARLAMENTO

O MpD não compareceu e nem justificou a sua ausência, esta quarta-feira, na reunião da Comissão Especializada para Assuntos Jurídicos, Direitos Humanos e Comunicação Social que pretendia analisar uma proposta do governo para a revisão pontual do Código Eleitoral. O encontro teve que ser adiado para esta sexta-feira, mas nada garante que os ventoinhas compareçam.



Sexta-feira, 26 de Maio de 2006

MpD “ignora” novo recenseamento eleitoral

Os deputados do MpD não foram à reunião da Comissão Especializada para Assuntos Jurídicos, Direitos Humanos e Comunicação Social agendada para quarta-feira, 24. O encontro pretendia analisar uma proposta do governo para a revisão pontual do Código Eleitoral. O projecto do executivo propõe a suspensão de alguns artigos e prevê, por exemplo, a realização de um novo recenseamento eleitoral, que teria como elementos de suporte os dados pessoais do registo civil, pondo assim fim às brigadas móveis. Alega o governo que não faz sentido gastar cerca milhares de contos para a seguir, no âmbito de um entendimento se venha a fazer o recenseamento geral, como defendido por todos.

Entretanto, mesmo se tratando de um tema com a importância do código eleitoral, a bancada do MpD não se fez representar na reunião de quarta-feira, nem tampouco justificou a sua ausência. O que deixou os deputados do PAICV estupefactos. “Estranhámos a atitude da bancada do MpD, sobretudo por ter sido esse partido, curiosamente, a

levantar a questão das irregularidades nos cadernos eleitorais, das alegadas duplas inscrições, dos Bilhetes de Identidade falsos e a chamar a atenção para a necessidade de um novo recenseamento. Só que, apesar da dimensão deste assunto e de toda a confusão que gerou antes e após as eleições, o MpD simplesmente ignora esta reunião de concertação”. Enem “sequer apresentaram uma justificação para o facto”, diz Lívio Lopes, deputado do PAICV e presidente da Comissão Especializada.

Aquele deputado explica que a reunião de quarta-feira visava obter um consenso entre as duas bancadas para que a proposta do governo fosse aprovada já e se desse início a um novo recenseamento eleitoral a terminar no dia 1 de Junho de 2007. “O objectivo desta CE era apreciar as questões jurídicas e constitucionais da proposta do governo. Ou seja, se o executivo tem competência ou não para propor a realização de um novo recenseamento eleitoral e como deve fazê-lo”, prossegue Lopes, antes de acrescentar que, “mais importante que isso tudo, a reunião de quarta-feira, visava um

acordo entre as bancadas para a aprovação da proposta, já que se trata de um diploma que exige a maioria de dois terços”.

Falhada esta primeira tentativa, a CE marcou para esta sexta-feira um segundo encontro entre os grupos parlamentares do PAICV e do MpD. Mas, até ao fecho desta edição, o partido ventoinha não tinha confirmado a sua presença - ao que este jornal apurou, o MpD quer primeiro uma auditoria à DGAE para depois votar a proposta.

A **Semana** tentou ouvir o líder parlamentar do MpD sobre o assunto, mas Ulisses Correia e Silva sugeriu-nos que contactássemos os deputados do seu partido que integram a Comissão Especializada para Assuntos Jurídicos, Direitos Humanos e Comunicação Social. Abordado, António Pascoal Santos, por sinal é vice-presidente da referida CE, recusou-se a prestar declarações. Limitou-se a dizer que o MpD ainda não adoptou uma posição sobre o assunto e que as justificações quanto à não comparência da bancada ventoinha na reunião de quarta-feira “serão dadas

em sede própria e em altura própria”. Questionado se o MpD vai participar no encontro de hoje, Pascoal Santos foi curto: “Não lhe vou dizer”.

Além da revisão pontual do Código Eleitoral, as bancadas dos dois maiores partidos, PAICV e MpD, parecem ‘despreocupados’ quanto à escolha dos titulares de cargos exteriores à AN - Tribunal Constitucional, Juiz do STJ, Provedor de Justiça, Conselho de Comunicação Social e Comissão de Dados. A proposta é do MpD que criou uma comissão formada por António Pascoal Santos, Joana Rosa e Eurico Monteiro para tratar do assunto. O PAICV indicou os seus elementos (Lívio Lopes, Armindo Maurício e José Maria de Pina), mas até este momento os dois grupos não se reuniram uma única vez para analisarem as propostas e escolher os nomes dos candidatos a esses cargos.

De referir que os deputados estão, neste momento, em jornadas parlamentares, preparando-se para a sessão de trabalhos na AN, que começa na segunda-feira, 29.

Venda de terrenos

Parecer desautoriza Câmara de São Vicente

A Comissão de Inquérito, que vinha averiguando da legalidade do acordo de parceria entre a Câmara de São Vicente e a Empreitel Figueiredo, deu, no dia 22 por findo o seu trabalho e já entregou o relatório à Assembleia Municipal. Agora, de acordo com Isaias Rodrigues (PTS) que presidiu à CI, cabe à AM agir em conformidade. O referido protocolo permitia ao município vender à Empreitel Figueiredo vinte hectares de terrenos urbanizáveis, livres de quaisquer ónus e encargos, pelo preço de 480 escudos o metro quadrado de área útil.

Isaias Rodrigues recusa-se a avançar qualquer pormenor do relatório da CI entregue à AM. Mas A Semana está em condições de afirmar que o parecer jurídico solicitado por esta CI, desautoriza a Câmara na questão da venda de terrenos. É que com base no Estatuto dos Municípios, artigo 82/2, o parecer jurídico diz que cabe à AM autorizar a aquisição, oneração e alienação de imóveis. Este saca também do Código Civil, para justificar que, uma vez que

os terrenos se integram no conceito de bens imóveis (art.º 204-n.º 1 e 3) “competiria (à AM) deliberar sobre a aquisição, oneração e alienação de qualquer metro quadrado de terreno pertencente ao município”.

O parecer debruça-se ainda sobre as competências do presidente de Câmara, deitando por terra o único argumento que vem sendo apresentado por Isaura Gomes para justificar a assinatura de vários protocolos e acordos de parceria. Ou seja, o documento mostra que a competência do presidente, prevista no art.º 98º do EM relativo à administração do património municipal, terá de ser interpretado no sentido de apenas incluir, no que se refere a bens imóveis, actos de gestão corrente e ordinária e não de disposição ou de administração extraordinária, que são da competência do órgão Câmara Municipal.

Diante dos factos, o parecer conclui que “a competência para a alienação de integrados no património municipal pertence ao órgão Câmara, mediante autorização prévia da

Assembleia, concedida no âmbito da aprovação do orçamento anual da autarquia”. O parecer faz no entanto uma ressalva, condicionando a venda de terrenos pela Câmara Municipal às orientações decorrentes da legislação vigente em matéria de planeamento, designadamente Planos de Ordenamento do Território e Planos Urbanísticos.

Após dissecar os vários planos que regem o território nacional e municipal, este conclui que a venda dos 20 hectares de terrenos feitos pela Câmara “colide grosseiramente com o Plano Director Municipal, principal instrumento de planeamento que rege a organização espacial do território municipal”. O documento regista ainda que, caso a CM quisesse dar outro destino à zona de Ribeira de Julião, qualificada pelo PDM como área de protecção paisagística, portanto não urbanizável, teria necessariamente, sob pena de violar o referido plano, de proceder à sua alteração, respeitando as formalidades exigidas.

Constância de Pina

Núncio Apostólico para Cabo Verde visita o país

O Núncio Apostólico que responde por Cabo Verde e tem residência em Dakar, D. Giuseppe Pinto, encontra-se no país para trazer as “*mantenhas*” do Papa Bento XVI aos católicos do arquipélago. O diplomata esteve no Sal onde foi recebido pelo Bispo do Barlavento, D. Arlindo Furtado, de segunda a quinta-feira, e visitou a paróquia local e rezou missas em Espargos e Santa Maria. De seguida rumou até Boa Vista.

O acontecimento foi uma verdadeira festa para a comunidade católica do Sal que conheceu estes dias uma movimentação diferente do habitual. Depois de conhecer a realidade da ilha, D. Giuseppe Pinto manifestou alguma preocupação no que concerne ao número de padres nessa parcela de Cabo Verde. “*Consta aqui no Sal há muitos católicos, cerca de 12 mil, mas com um número reduzido de pessoal apostólico, ou seja, dois padres para cerca de 12 mil fiéis*”, aponta.

Essa preocupação é partilhada pelo Bispo de Barlavento, D. Arlindo Furtado, embora seja uma dificuldade constatada em todo o país. “*É verdade, dois padres são poucos para uma comunidade tão grande e dispersa como a do Sal. Mas nós temos situações muito mais graves em todo o país. Por exemplo, em São Vicente, que se prevê que actualmente tenha uma população de cerca de 82 mil pessoas, só existem duas paróquias e uma paróquia só tem um padre. A outra paróquia tem apenas três sacerdotes que são manifestamente insuficientes para o trabalho de fé*”.

Em relação à visita do Núncio Apostólico de Cabo Verde, D. Arlindo Furtado não esconde a alegria e a honra de receber tão ilustre figura. “*É sempre bom, com a sua experiência, o seu conhecimento, com a visão de Igreja que tem, como representante do Papa que é, receber os seus conselhos e partilhar com ele as*

preocupações referentes à mesma Igreja de Cristo”, congratula-se aquele prelado.

A visita de D. Giuseppe Pinto ao Sal demorou quatro dias. Chegou na segunda-feira, e na quinta partiu para a última etapa da sua visita, a Boa Vista, já sem a companhia de D. Arlindo Furtado.

O núncio apostólico é o representante do Estado de Santa Sé no mundo. Cabo Verde, enquanto país católico, possui relações diplomáticas com o Vaticano, sendo D. Giuseppe Pinto o seu actual representante na Cidade da Praia, mas com residência em Dakar. Por seu turno, o Estado cabo-verdiano está também representado junto da Santa Sé, através do embaixador Domingos Mascarenhas (também secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros). Aliás, a acreditação de Mascarenhas junto do Vaticano aconteceu há bem poucos dias.

KS

Padre Pimenta encontra-se com o Papa

O Padre Pimenta representou a diocese cabo-verdiana, na qualidade de director nacional das Pontífices, em mais uma Assembleia-geral Ordinária das Pontíficas Obras Missionárias. À margem deste encontro que se realizou em Roma, de 4 a 12 de Maio, o sacerdote cabo-verdiano encontrou-se com o Papa Bento XVI.

Na cimeira, em que estiveram presentes 120 nações dos cinco continentes, os participantes fizeram uma “*profunda reflexão sobre o Evangelho e a sociedade multicultural*”, concluindo que “*os acontecimentos dolorosos dos últimos anos em diversas nações mostram como não é fácil encontrar uma solução para um mundo tão fragmentado*”, refere uma nota do Padre Pimenta. Por isso, a necessidade de uma intervenção urgente da igreja.

Os participantes foram ainda ao Vaticano para uma audiência com o Papa Bento XVI. De acordo com o Padre Pimenta, o Papa relevou a importância das missões como um “*acontecimento que põe todos à disposição do Evangelho e do Espírito*”, de forma a que “*os cristãos se sintam conscientes de que o empenho missionário os compromete na dinâmica espiritual do baptismo em união com Cristo*”.

Os missionários presentes fazem parte de quatro obras missionárias, como sejam a Obra da Santa Infância, Obra de São Pedro Apóstolo, Obra da Propagação da Fé e Obra da União Missionária.

Sexta-feira, 26 de Maio de 2006

Actualidade

PUB

A presença de armas brancas, drogas e álcool nos estabelecimentos do Ensino Secundário é hoje uma realidade que não deixa indiferentes as direcções das escolas e a sociedade civil. Estes problemas sociais ganham contornos mais preocupantes quando, de acordo com os directores das várias escolas secundárias de Cabo Verde, os pais e encarregados de educação deixam a formação dos filhos única e exclusivamente na mão das escolas. **“Há uma desresponsabilização dos pais. Temos pais que nos imploram para não enviar os filhos para casa antes do término do ano lectivo, mesmo que não tenham aproveitamento”.**



Pais e encarregados de e

Às vésperas de se assinalar o Dia Internacional da Criança, 1 de Junho, **A Semana** passa em revista os estabelecimentos de ensino secundário do país. E o resultado não podia ser mais surpreendente e preocupante. São canivetes, facas, punhais, soquetes e inclusive uma arma de fogo, mais concretamente uma pistola. Mas, mais grave do que as armas, ao que conseguimos apurar, são os problemas sociais que afectam a sociedade cabo-verdiana e que acabam por ir desembocar nos vários liceus de Cabo Verde.

“Estamos localizados num bairro problemático e recebemos alunos de zonas com graves problemas sociais. É por isso frequente encontrar alunos com canivetes, facas, soquetes (que são uma espécie de soco de ferro utilizado pelos gangs nos Estados Unidos). Esses alunos são levados à Comissão de Disciplina da Escola e os pais e encarregados de educação são chamados para inteirar-se do ocorrido. A desculpa que normalmente apontam, quando confrontados, é que a cidade da Praia está infestada de ‘Thugs’ e precisam se defender”, revela o director do Liceu Cónego Jacinto, na cidade da Praia.

Napoleão Azevedo assevera que, quando confrontados, os pais e encarregados de educação mostram-se incrédulos e tentam justificar dizendo que as armas não são conseguidas em casa. Tudo isso demonstra, no entender do director do “Cónego Jacinto”, falta de atenção e controlo dos seus filhos, mas também alguma desresponsabilização. Ou seja, os pais estão a delegar em exclusivo o encargo educativo à escola. “Temos vindo a mostrar aos alunos que andar armado não é solução. O problema é que os pais e encarregados de educação ‘abandonaram’ os seus educandos e, quando chamados, deixam entender que não estão para chatices”, informa Azevedo, para quem a escola está a contornar a situação, chamando os pais para também dar-lhes boas notícias.

O difícil, admite Azevedo, é encontrar boas notícias com alguma frequência no meio de tantos problemas sociais que afectam este liceu, que tem mil e 930 alunos inscritos. É que, para além das armas brancas, “Cónego Jacinto” enfrenta o problema das drogas. “Há três anos havia venda de drogas aqui na porta do Liceu. Tivemos de chamar a Polícia, que resolveu estar mais presente aqui, o que acabou por inibir esta prática. Mas dentro da escola temos detectado alunos que se drogam. Por causa disso, temos feito algum trabalho através

da disciplina Formação Pessoal e Social (FPS), e os casos mais graves são encaminhados para os lugares próprios”, afirma este responsável.

Mas é o próprio director, Napoleão Azevedo, a reconhecer que este é um trabalho ingrato porque quando os alunos vão para casa ficam fora do controlo da escola e, aí sim, quase sempre se perdem na vida das drogas, dos thugs e em outras práticas delituosas e prejudiciais à sociedade no seu todo. Não obstante estes contratempos, o “Cónego Jacinto” ainda vai tentando apostar na prevenção: possui um espaço de vídeo, debate, orientado por uma professora de psicologia, que tem vindo a fazer um trabalho de aconselhamento.

ALUNOS ALCOOLIZADOS

O quadro da “Cónego Jacinto” não difere do da Escola Secundária Constantino Semedo, também ela localizada na cidade da Praia. Aqui, de acordo com a directora, é frequente encontrar alunos na posse de armas brancas. A estratégia da escola, observa Maria Fernanda Tavares, é dialogar com os alunos, sobretudo nas aulas de FPS, porque fica difícil revistar diariamente as bolsas de mais de mil alunos. “Quando detectamos alunos na posse de armas brancas, estes são enviados para a Direcção ou para o Conselho de Disciplina. Os casos mais graves são encaminhados para a Polícia. Isso aconteceu no ano passado quando um aluno trouxe uma pistola para a escola”, informa a directora.

A par das armas, o “Constantino Semedo” depara-se com o problema do alcoolismo. Aqui, segundo Maria Fernanda Tavares, foram encontrados alunos na posse de bebidas, e outros alcoolizados. Nestes casos, os pais e encarregados da educação foram chamados à escola enquanto os seus educandos foram enviados ao Conselho de Disciplina, que, por sua vez, os enviou para o gabinete de atendimento social, criado na escola para acompanhar alunos com problemas psicossociais. Os casos mais complexos, explica a directora, são normalmente enviados para o Instituto Cabo-Verdiano de Menores e para o Hospital da Trindade, que apoiam a Constantino Semedo.

O alcoolismo é também um problema candente na ilha de Santo Antão. Segundo a delegada do MEVRH na Ribeira Grande, Nair Brito Lima, não há notícia de alunos na posse

de armas nas escolas. Já os casos de alunos alcoolizados são frequentes. “Estamos conscientes de que este é um problema cultural enraizado, que começa quando esses alunos são ainda bebés. Há pais que sentem orgulho em molhar o dedo no copo de aguardente para o colocar na boca dos filhos e, com grandeza, mostrar como o seu filho sequer torce a cara. Outros há que servem uma colherzinha de grogue ao pequeno para curar-lhe uma pretensa dor de barriga. As crianças crescem num ambiente onde é aceitável beber e, assim, continuam a beber um grogue antes de ir para a escola”, frisa.

VIOLÊNCIA DE FORA PARA DENTRO

Enquanto as escolas secundárias de Santiago e Santo Antão se debatem com o problema do porte de armas brancas e consumo do álcool, na ilha do Sal a violência vem de fora para dentro do Liceu Olavo Moniz. Maria Eunice Semedo conta que os alunos são frequentemente molestados por pessoas estranhas ao liceu e, alegadamente para se defenderem, começaram a levar canivetes e facas para a escola. “Temos detectado um aumento significativo de casos de alunos com navalhas nas bolsas. Eles alegam que a arma é para se defenderem das pessoas que os agredem na porta da escola. A escola tem optado por ‘castigos didácticos. Ou seja, os alunos encontrados na posse de armas são obrigados a confeccionar cartazes e a produzir trabalhos contra a violência, que são posteriormente expostos na escola”, esclarece a directora do “Olavo Moniz”.

Para combater e/ou prevenir outros males sociais, designadamente o álcool e a droga, de acordo com esta responsável, Olavo Moniz optou por aumentar o número de contínuos, o que, a seu ver, contribuiu para uma maior fiscalização e, conseqüentemente, eliminou ou controlou estas práticas. Mesmo assim, Maria Eunice Semedo indica que é bastante perceptível na escola o problema de desintegração familiar, que afecta Sal e Cabo Verde de uma forma geral. “Os pais estão a impingir a educação dos seus filhos à escola. Há uma completa desresponsabilização, sobretudo aqui na ilha do Sal onde se trabalha por turnos e os pais alegam, por isso, não ter tempo sequer para informar-se sobre o aproveitamento dos seus educandos. É duro dizer isso, mas os filhos foram ‘abandonados’ à mercê das escolas



Educação desresponsabilizam-se

Sexta-feira, 26 de Maio de 2006

Correio das ilhas

e da boa vontade e sensibilidade dos professores”.

Em São Vicente, mais concretamente no Liceu Jorge Barbosa, a violência também chegou à portaria do estabelecimento, pela mão de indivíduos estranhos à escola. De acordo com o subsecretário da direcção e membro do Conselho de Disciplina do “Jorge Barbosa”, Manuel de Fátima, já houve casos de agressões graves envolvendo alunos da escola e pessoas estranhas. Isso aconteceu, afirma Manuel de Fátima, nos intervalos e na hora da saída das aulas, ou seja, por volta das 12h30 e das 19 horas. “Por lei o Conselho de Disciplina deveria reunir-se uma vez por mês mas, por causa destas situações, estamos a reunir semanalmente para analisar cada caso. O CD tem uma função pedagógica e, em um ou outro processo o aluno já foi punido com suspensão. Mas, quando envolve estrangeiros, os pais são accionados e é apresentada uma queixa à POP”. Isso sem falar de outros males que afectam esta e outras escolas, como prostituição, aliciamento de menores para o sexo por parte de homens adultos, pais de filhos e de barba rija na cara que passam a vida a rondar e a oferecer dinheiro, guloseimas, roupas de moda e outras coisas para conseguir sexo fácil. Denúncias chegadas a esta redacção falam de alunos que se prostituem para conseguir uma roupa bonita, um bom par de sapatos, para estar na onda. A droga também ronda os liceus de São Vicente.

O Liceu Ludgero Lima por seu lado, um dos mais antigos de Cabo Verde, não apresenta um historial de violência, salvo alguns casos dispersos, facilmente controláveis, de acordo com o director João Manuel Pires. Mas, a nível dos alunos do 7º ano, ou seja, os caloiros, admite este responsável, há atritos. “São alunos imaturos que chegam ao liceu e que tiveram ao longo da sua vida escolar uma relação quase que familiar e infantil com o seu professor. Por outro lado, hoje é notória a perda de valores na sociedade mindelense e estes alunos, na sua grande maioria, são originários de famílias problemáticas”.

Esses alunos, afirma João Manuel Pires, sentem-se abandonados pelos familiares, o que se reflecte inclusive no seu aspecto físico. “Para se ter uma ideia da importância que hoje alguns pais atribuem à escola, basta demorarmos um pouco para iniciar o ano lectivo, e mesmo durante as férias, para recebemos reclamações de pais e encarregados de

educação que precisam enviar os seus filhos para a escola, para poderem sentir-se livres”, desabafa Pires, para quem é uma utopia tentar aproximar os pais da escola. E quando há algum sucesso, frisa, são os educadores dos alunos menos problemáticos que aparecem.

FORO PSICOLÓGICO

Na ilha do Fogo, mais concretamente na Escola Secundária Dr. Teixeira de Sousa, os problemas de porte de armas são esporádicos: o liceu registou em toda a sua existência apenas uma agressão entre dois alunos com uma arma ligeira, que provocou um ferimento superficial num dos envolvidos na briga. Segundo Luís Nunes, a direcção da escola actuou de imediato, repreendendo o agressor e convocou os pais. “Viemos a saber mais tarde que o aluno, que tinha apenas 14 anos, vivia com a avó e que os pais estavam fora da ilha. Portanto, era um adolescente que não tinha a protecção dos progenitores”.

Exactamente por ser um caso isolado, a preocupação da direcção do “Teixeira de Sousa” é outra e mais complexa. Luís Nunes explicou ao **A Semana** que a escola criou um gabinete de acompanhamento direccionado aos alunos com problemas de adaptação e de foro psicológico. Apesar de recente, este responsável garante que tem vindo a acompanhar vários alunos e que inclusive alguns casos mais complicados já foram encaminhados para os médicos. “Através desse gabinete temos vindo a resolver pontualmente algumas situações de foro psicológico. É que o liceu fica na cidade de São Filipe, mas somos um estabelecimento rural porque mais de 60% dos alunos são provenientes do interior do concelho. São alunos que percorrem diariamente grandes distâncias, mais de 30 quilómetros, os de Campanas e de Cova Figueira por exemplo, e que dispõem de muito pouco tempo para estudar e para conviver com os familiares”.

Esses alunos, informa Luís Nunes, levantam-se normalmente por volta das 4/5 horas da manhã para virem para a escola e chegam a casa entre as 17 e 18 horas. Muitos deles residem em localidades que não têm luz eléctrica, pertencem às camadas desfavorecidas e, por isso, têm dificuldades para adquirir livros e manuais escolares. É verdade que alguns são apoiados pelo

Icase, que assume o transporte e os materiais didácticos, mas sentem-se diminuídos perante os seus colegas. Além do mais não contam com o apoio e orientação dos pais e encarregados de educação em casa, que têm outros afazeres.

Um outro problema que a escola tem detectado entre esses alunos – o Liceu Dr Teixeira de Sousa possui 2.600 alunos e ramifica-se em mais dois pólos, um na localidade de Ponta Verde e um outro em Cova Figueira – é a prevalência de gravidez precoce. “É certo que depois da aprovação da lei que obsta a algumas grávidas de frequentarem os estabelecimentos de ensino, houve uma redução drástica dos casos de gravidez. Não temos dados muito precisos, mas sabemos que os mais afectados são os alunos mais desfavorecidos e que não têm uma orientação dos pais e encarregados de educação”.

DEFICIÊNCIA FÍSICA GERA COMPLEXOS

Maio é, sem sombras de dúvidas, a ilha que apresenta a situação mais delicada. Aqui, o problema não é porte de armas, drogas, aliciamento sexual, prostituição ou álcool, nem nada parecido. Mas não deixa de ser preocupante, segundo Jacinto da Veiga Miranda, director da escola secundária da ilha, porque tem a ver com a marginalização das crianças portadoras de deficiência física. “É uma vergonha para uma família ter um filho deficiente, imagina então enviá-lo para a escola. Estas pessoas têm medo de se expor e de expor essa criança perante a sociedade”.

Jacinto da Veiga Miranda, que não é natural do Maio, conta que ficou perplexo quando chegou à ilha e não viu, sequer na rua, crianças portadoras de deficiência. Só mais tarde, conta, é que veio a saber que os pais e outros familiares têm sérios problemas e não conseguem encarar a doença dos filhos como algo normal. “Eles entendem a deficiência como um defeito que mancha a família. Então, quando isso acontece numa família, optam por esconder a criança das pessoas próximas e da sociedade. Essas crianças ficam confinadas em casa”, informa Miranda, que tem vindo a fazer campanhas de sensibilização nas casas e localidades e diz já ter conseguido levar para a escola pelos menos 20 crianças portadoras de deficiência. “Pode parecer pouco, mas é uma grande vitória”.

Constância de Pina

Associações nas “mãos” da Agecabo

As quatro associações comunitárias do Porto Novo, Santo Antão, que rubricaram contratos - programa para executar obras de requalificação de moradias no município - estão literalmente nas mãos da Agecabo, Agência Cabo-verdiana para a Promoção do Emprego e do Desenvolvimento Local. É que, segundo Paulo Guilherme, que representa estas quatro associações, as obras foram efectuadas, entregues, e estão a ser usufruídas pelos seus beneficiários, mas as associações até agora não receberam o dinheiro acordado para o trabalho. É que a Agecabo não transferiu os cerca de 4 mil contos que ainda deve às associações e estas vêm-se aflitas para honrar os seus compromissos.

Segundo Paulo Guilherme, o contrato - programa para a execução das obras sociais, nomeadamente a construção de casas de banho em várias moradias, previa a transferência para essas associações comunitárias da quantia de cinco mil contos. E a Agecabo, até agora, não passou da primeira tranche de pouco mais de mil contos. Mesmo assim, prossegue, as obras foram executadas e entregues no prazo acordado.

“Os moradores já estão a beneficiar das obras. Entretanto, desde que estas foram entregues nunca mais conseguimos contactar com a Agecabo. O mais caricato é que falámos com o pessoal do Programa de Luta contra a Pobreza em Santo Antão, que é, na verdade, o dono do obra, e fomos informados que a Agecabo já transferiu o montante restante. Pedimos então que nos enviassem os talões de depósito e não tivemos retorno”, conta Guilherme, que diz ter assumido um compromisso com o pessoal que executou a obra - pagamento dos salários -, que gostaria de honrar.

O coordenador do Programa de Promoção Sócio-económica dos Grupos Desfavorecidos, que é uma vertente do PNL, Adriel Mendes, confirmou ao **A Semana** que está a par da dívida da Agecabo para com essas associações comunitárias. Mas, segundo este responsável, o PPSGD assinou um contrato com a Agecabo, que, por sua vez, combina com os empreiteiros, no caso as associações comunitárias. Ou seja, o PPSGD não mantém qualquer vínculo com esses últimos, pelo que não se responsabiliza.

A nível da Agecabo, Ananta Pinto admite que a agência recebeu as facturas enviadas por essas associações referentes aos meses de Março e Abril, mas que ainda não foi possível enviar os valores correspondentes. Este atraso deve-se, segundo o entrevistado, à demora do Banco Africano de Desenvolvimento em transferir as verbas para cobrir essas obras. “Não estamos em débito apenas com as associações comunitárias de Santo Antão. Também temos obras nas ilhas de São Vicente e Santiago, que não conseguimos liquidar. Mas o processo está a ser resolvido. Aliás, o BAD já garantiu o envio de cerca de 40 mil contos, montante necessário para concluir todos os projectos em curso”, assevera.

Sobre o futuro da Agecabo, cuja “liquidação” foi anunciada em primeira-mão por **A Semana**, Pinto garante que a agência irá trabalhar normalmente até Julho. Depois, cabe ao Conselho de Ministros decidir pela sua reactivação ou fecho definitivo.



STEADFAST JAGUAR 2006

São Vicente já “veste” camuflado

São Vicente conhece desde segunda-feira, 22, uma movimentação fora do comum. É a chegada do grupo avançado da Força de Resposta Rápida da NATO, que se irá ocupar nos próximos dias da logística deste exercício Steadfast Jaguar 2006. É caso para dizer, conforme comentou ao **A Semana** um mindelense atento, “São Vicente já vestiu o fato camuflado”.

Esses primeiros militares são originários da Noruega, Bélgica e Alemanha e, segundo o Comandante da 1ª Região Militar das FA, irão, durante os próximos dias, preparar toda a logística do exercício. Ou seja, irão ocupar-se da montagem dos acampamentos, instalação das comunicações e restantes equipamentos, antes da chegada do grosso do grupo, o que deverá acontecer lá para o final deste mês. Também está atracado no Porto Grande um porta-contentores de grande porte e um navio com rampa de lançamento, que estão a descarregar veículos, contentores de suprimentos e outros meios logísticos.

“Já foram descarregados um número considerável de equipamentos, essencialmente viaturas de todos os tipos, aparelhos de comunicação, tendas e outros acessórios para a montagem dos acampamentos. O navio Mar d’Canal, que

está a trabalhar para a NATO, trouxe um contingente constituído por 370 militares do Sal na terça-feira e uma segunda leva, também constituída por 370 militares, na quinta-feira”, informa o Major Carlos Rodrigues.

Antes, mais concretamente na segunda-feira, 22, prossegue a nossa fonte, o Estado-maior da NATO, constituído por oficiais de altas patentes, chegou de avião e aterrou no Aeroporto de São Pedro. “Esses primeiros grupos formam o que chamamos em linguagem militar, de asseguramento logístico. São sempre os primeiros a chegar e os últimos a partir”.

Esses soldados já se encontram instalados nas zonas previamente delimitadas. Um grupo, que se ocupa da descarga dos navios, montou base num dos armazéns da Enapor. Um outro foi direccionado para a Zona Industrial do Lazareto, (nas instalações da fábrica de Calçados Growela), enquanto parte dos equipamentos começa a ser encaminhada para um acampamento, a ser montado entre o Norte da Baía e Salamansa. É, aliás, esse acampamento que irá acolher o grosso dos militares.

“Esta presença da NATO é fruto de uma planificação que vem sendo feita há algum tempo, e está a decorrer dentro da

normalidade. Ainda não tivemos nenhuma queixa e, para prevenir situações mais complexas que possam acontecer nesta fase de deslocação dos comboios de equipamentos e veículos, estamos a trabalhar em colaboração com a POP, com o departamento de trânsito, para não perturbar a vida dos mindelenses”, assegura o Major Carlos Rodrigues, que não acredita que possa haver alguma reacção negativa por parte da população de São Vicente perante esta movimentação fora do comum, tendo em conta que, afirma, “os mindelenses já estão acostumados a viver em sintonia com os estrangeiros e encaram esta presença com naturalidade”.

E tem razão Carlos Rodrigues. Salvo pela curiosidade natural, sobretudo porque quando apeados estão normalmente em grupos, os militares estão a ser “envolvidos” pela sociedade mindelense. É visível a sua presença, pelo menos nos primeiros dias, nos cyber-cafés da cidade. Também é frequente ver sanvicentinos parados a admirar as suas viaturas militares e boquiabertos a inspecionar os comboios de veículos e equipamentos, ainda que muitos deles estejam a ser transportados em contentores... verde - camuflado.

Constância de Pina

ESCLARECIMENTO

Na edição nº 759 de 12 de Maio de 2006 **A Semana** ilustrou o seu artigo de capa “**Serra declara Guerra à bagunça no Estado**” com uma fotografia de um serviço público. Ao fazê-lo teve o cuidado de desfocar a fotografia, ciente de que, apesar de não ser um artigo minimamente injurioso, podia mexer com o orgulho da Instituição e com o brio dos seus profissionais. Isto apesar de todo o Cabo-verdiano saber à exaustão que o serviço público neste país, a todos os níveis, ainda está muito longe da excelência... As críticas surgem de todo o lado, inclusivé do nosso.

Mas acreditando que o que deve mover qualquer serviço, servidor público ou privado é sempre a vontade de que amanhã vamos fazer melhor, superar as nossas insuficiências, eliminar as falhas que vão surgindo, a publicação da fotografia bem como o artigo em si foi sempre no intuito de mostrar que ainda vamos a tempo de encontrar o remédio. Que afinal não somos tão maus e que basta institucionalizar determinadas práticas... E exigências... Para entrarmos no Caminho Certo, o caminho que nos leva a

melhorar todos e a dar o serviço que o Cabo-verdiano espera de nós. E que o mau, razoável, mais ou menos são adjectivos que devem ceder lugar a um outro, A Excelência. Por isso longe de nós visar uma instituição concreta, facilmente reconhecida por quem lá trabalha, mas desfocada para o grande público, que não reconheceu nenhuma instituição em especial. E é por acreditar nisso que, maugrado e indignação do Instituto, insistimos em não revelar a Instituição retratada na foto, cientes de que será pior a emenda que o soneto.

E por isso a eles, aos que se reconheceram na foto as nossas desculpas por calharem num sorteio puramente aleatório e que, não visava nenhuma instituição nem ninguém em particular. Até porque não temos nada contra essa instituição, antes pelo contrário, acreditamos que mantemos com ela relações boas, o que não quer dizer que esteja isenta a críticas.

Se, apesar disso, essa instituição insistir em que ponhamos o seu nome e apelido, a ela cabe decidir. E nós cumprimos!

TV cabo arranca sem canais lusos

A televisão por assinatura da CV-Multimédia deve arrancar nos primeiros dias de Junho com 20 a 25 canais. Entretanto, as principais estações televisivas de Portugal – SIC, RTP1, :2, TVI e SportTv – estão, por agora, fora do pacote de oferta da CV Multimédia, empresa do grupo Cabo Verde Telecom para os serviços de internet e audiovisual.

Os canais de televisão portugueses não entram, pelo menos por ora, na lista de estações internacionais que a televisão por assinatura da CV Multimédia – empresa que gere os serviços de internet e audiovisual da CVTelecom –, tenciona pôr à disposição dos cabo-verdianos nos primeiros dias de Junho. A empresa, que devia inaugurar esse novo serviço no passado dia 17 de Maio, não conseguiu a autorização da SIC, RTP1, :2, TVI e SportTv para transmitir os seus sinais em Cabo Verde. Isto porque os conteúdos desses canais estão licenciados apenas para o território português.

Esta situação poderá embaraçar as pretensões da Telecom, que reconhece serem estes os canais preferidos dos cabo-verdianos, quanto mais não seja por causa do idioma comum. Entretanto, a CV Multimédia promete insistir com os responsáveis portugueses até encontrarem uma solução. O que não se afigura nada fácil, como o próprio presidente da Comissão Executiva da CVT reconhece a este jornal. “As negociações estão a ser um tanto ou quanto difíceis, pelo que vamos, através da influência política, tentar conseguir a liberalização desses canais. Vamos continuar a negociar com os detentores desses canais e, ao mesmo tempo, ver se conseguiremos convencê-los a ceder um bocadinho, na lógica de Cabo Verde ser um país de expressão portuguesa e com fortes ligações a Portugal”.

Por isso, a primeira largada da televisão por assinatura da CV Multimédia, que vai cobrir Praia, São Vicente e Sal, não incluirá esse canais portugueses. “Mas contamos ter um pacote de 20 a 25 canais de várias temáticas, desde desporto, música, cinema a conteúdos mais informativos. Todos os



canais abertos emitidos em Cabo Verde (TCV, RTP África, TV5, Record) também farão parte de um único pacote”, diz Pires Correia, antes de referir que a Globo Internacional poderá também ficar de fora. “Já temos acordo com a Globo, mas a estação brasileira mudou de satélite, por isso esperamos

primeiro receber os sinais para depois incluir esse canal no nosso pacote de oferta”.

O presidente da CE da Telecom justifica, entretanto, o atraso no arranque da televisão por assinatura pela empresa que dirige com alguns “contratempos no transporte de equipamentos” para Cabo Verde. “Anunciámos a abertura da TV por assinatura para 17 de Maio porque contávamos receber os equipamentos por via aérea. Mas vieram de barco”, explica. Pires Correia acrescenta ainda que houve “uma mudança na estrutura de captação do sinal para uma rede tecnológica mais avançada e que funciona 24 horas por dia”.

Neste momento, conforme aquele gestor, a CV Multimédia está a afinar a rede para logo de seguida dar início à campanha promocional da TV por assinatura, que, pelos cálculos da empresa, deve arrancar nos primeiros dias de Junho. O custo de adesão ainda não está definido, mas, segundo Pires Correia, deve ficar à volta de 2500 escudos por mês. “O nosso objectivo é aplicar um preço baixo para podermos massificar o produto no território nacional”, realça.

De notar que além da CVT, está para operar, ainda este ano, um outro canal de TV por assinatura, a Digital TV Cabo Verde, da empresa chinesa de produtos electrónicos, Xiamen Xinnuoli. O grupo asiático já iniciou os trabalhos de instalação dos equipamentos, estando na fase de montagem da antena parabólica num terreno cedido pela Câmara Municipal da Praia, na Achada Eugénio Lima. A Digital TV Cabo Verde oferecerá o serviço de TV por assinatura utilizando a tecnologia DVB-T, que funciona por propagação de feixe digital e é captada através uma simples antena.

A CV Multimédia, por sua vez, apresenta uma linha tecnológica de ponta, o chamado Triple Play, que utiliza um par de linhas de cobre para disponibilizar três tipos diferentes de serviço: televisão, telefone e dados. Ou seja, para aderir à TV por assinatura da Telecom basta ter um telefone em casa. HS

Sexta-feira, 26 de Maio de 2006

GOVERNO E PARCEIROS DISCUTEM SALÁRIOS

O governo e os parceiros sociais discutem hoje, em sessão extraordinária do Conselho de Concertação Social, a questão salarial para a função pública. Isto numa altura em que os sindicatos dão mostras de impaciência e nervosismo tendo em conta o espectro inflacionário que, neste momento, paira sobre a economia cabo-verdiana.

O Conselho de Concertação Social, órgão que reúne o governo, o patronato e os sindicatos, agendou para hoje a sua primeira sessão desta legislatura, tendo sobre a mesa um único ponto: o Orçamento do Estado para 2006. Trata-se de uma reunião extraordinária que acontece numa altura em que ainda se sentem as ondas de choque provocadas pelo último aumento do preço dos combustíveis. Daí que a questão salarial deve dominar este encontro de parceiros.

O governo, da sua parte, prevê, tanto no projecto do Orçamento de Estado como nos compromissos recém-assumidos com o FMI, uma inflação de 3% para 2006. Daí que dificilmente a sua proposta

de actualização salarial passará desse patamar, com a promessa ou garantia de que no caso desse índice ultrapassar tal montante haverá, no próximo ano, a correspondente correcção.

Os sindicatos, diante dos dados macro-económicos tornados públicos pelo governo, têm dado a entender que esperam propostas realistas e condicentes com o momento económico e social por que passa o país. A CCSL já fez saber que se vai bater por um aumento de 9%, como única forma de ajudar os trabalhadores a recuperarem o seu poder de compra. Mais cautelosa, a UNTC-CS espera que a proposta do executivo seja “realista”, isto é, que tenha em conta “a escalada dos preços que temos vindo a viver”.

Júlio Ascensão Silva, líder da UNTC-CS, recorda que a sua central há muito reclama do sistema utilizado para calcular a inflação por não traduzir a realidade económica e social do país. Resultado ou não de reclamações do género, há muito que se fala na mudança do cabaz de compras, e logo no sistema do cálculo do índice do consumidor, mas sem resultado prático.

Os técnicos do FMI e economistas da linha dura defendem, geralmente, o controlo da inflação através de políticas que tenham em conta a contenção salarial. Por isso, facilmente se prevê que os representantes do executivo compareçam ao encontro de hoje da Concertação Social tendo como balizas, por um lado, as pretensões sindicais e por outro os compromissos assumidos com o FMI.

A reunião deve ser dirigida pelo ministro das Finanças e Administração Pública, João Serra, já que é ele que detém os dados orçamentais e das finanças públicas. Para o seu colega do Trabalho, Família e Solidariedade, Sidónio Monteiro, “o governo vai para esta reunião com espírito de diálogo e concertação”, deixando para uma outra sessão, a agendar em breve, a questão do Código Laboral. Um tema, este, que se arrasta desde o anterior mandato e que promete, também agitar as águas do mundo sócio-laboral neste 2006. JVL

INMG nega responsabilidade no “Anticiclone dos Açores”

O anticiclone que fustigou Cabo Verde, mais precisamente Sal, São Vicente, São Nicolau e Boa Vista no último fim-de-semana continua a despertar reacções, sobretudo por causa de comentários que atribuíram alguma responsabilidade ao Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica. O presidente do INMG admite que o instituto carece de algum investimento, sobretudo em equipamentos. Mas, alerta José Pimenta Lima, “as pessoas devem utilizar as informações e saber tirar proveito delas”.

A forma como a notícia do anticiclone foi tratada por alguns órgãos de comunicação social, particularmente pela rádio, deixou descontentes alguns técnicos do INMG. É que, segundo um técnico, que preferiu o anonimato, é falso que houve uma mudança brusca do

tempo, sem aviso prévio da meteorologia. “Este anticiclone foi um pequeno sinal daquilo que poderá acontecer se o INMG não for devidamente apetrechado”. “É que neste caso, o técnico de serviço previu, às 7 horas da manhã, vento forte com rajada. Mas o pessoal apreendeu somente a temperatura, que se situaria entre os 26 e os 28 graus”.

O técnico reconhece que o INMG não pode controlar ou impedir esses fenómenos naturais. Mas pode prevenir e evitar uma catástrofe de grandes proporções. No caso em concreto, ao anunciar ventos fortes com rajadas, prossegue, o meteorologista de serviço espera que sejam tomadas as devidas precauções, nomeadamente a nível das capitania dos portos, ASA e de outros serviços para os quais essas informações são

pertinentes. “Não é tarefa do INMG alertar para o perigo e os barcos, sobretudo os de boca aberta, fazerem-se ao mar. Também não nos cabe aconselhar a ASA a reter os aparelhos no chão, por exemplo. Cada um que assuma as suas responsabilidades”.

O presidente do INMG admite que é preciso investir mais no instituto, nomeadamente nos equipamentos. É que, a nível da formação, afirma José Pimenta Lima, dentro das possibilidades do Instituto o pessoal é frequentemente enviado para o exterior para estágios de curta duração. “Na sequência da minha participação em Abril passado, a convite da Organização Mundial de Meteorologia, no 28º Comité de Ciclones Tropicais, dois técnicos do INMG irão participar numa formação no Centro de Previsão de Mia-

mi”, exemplifica Pimenta Lima, que aproveita para explicar que por se situar numa zona de desenvolvimento das tempestades Cabo Verde precisa estar sempre atento.

Exactamente por isso, aquele responsável isenta o INMG de quaisquer responsabilidades nos incidentes que aconteceram com os navios na baía do Porto Grande ou com os aviões no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral. Aqui, segundo Pimenta Lima, é inadmissível, por exemplo, que depois de um aviso de ventos fortes e mar grosso, uma embarcação esteja sem nenhum tripulante. “Há decisões que ultrapassam o INMG. As pessoas devem utilizar as nossas informações e saber tirar proveito delas”, alerta.

Constância de Pina

Técnicos de Saúde entregam pré-aviso de greve



Os técnicos de Saúde pretendem entregar ao ministro de Estado e da Saúde na próxima segunda-feira, um pré-aviso de greve que reage assim ao que consideram “*morosidade no início das discussões do caderno reivindicativo entregue ao Ministério da Saúde há mais de dois anos*”. A greve, que é nacional, está agendada para 8 e 9 de Junho próximo.

De acordo com Julião Varela, do SISCAP, em 2005, foi criada uma comissão mista, formada por elementos dos ministérios da Saúde, Educação, Finanças e Reforma do Estado para, junto com os sindicatos, iniciar a discussão do caderno reivindicativo, que se insurge contra um

conjunto de distorções que perturbam os técnicos de Saúde.

Em Dezembro último, prossegue o sindicalista, houve uma tentativa para efectivar um encontro, que acabou por ser adiado por falta de comparência de alguns elementos. Uma nova reunião ainda não foi possível. “*Ou seja, até agora não se fez nenhum avanço no processo. Criou-se esta comissão alargada porque algumas das reivindicações apresentadas pelos técnicos de Saúde ultrapassam o Ministério da Saúde. É disso exemplo o facto de se querer equiparar a formação a um curso médio, o que terá de ser feito pelo Ministério*

da Educação. E, como o processo está engatado, decidimos avançar para uma greve nacional, nos dias 8 e 9, para pressionar as partes”.

Esta é, segundo Varela, uma greve que mobilizará cerca de uma centena de técnicos de Saúde, que trabalham em todos os hospitais e delegacias de Saúde espalhados por todas as ilhas. E os efeitos, antevê este sindicalista, vão fazer-se sentir porque são os técnicos de Saúde que respondem por todos os tipos de análises e raios-x efectuados no país. “*O trabalho dos técnicos de Saúde, apesar de não ser muito valorizado pelo sistema cabo-verdiano, completa o dos*

médicos, que não conseguem trabalhar com as mínimas condições sem o suporte das informações fornecidas pelos técnicos de Saúde”, assegura.

É com esta convicção que esses técnicos de Saúde defendem a actualização das remunerações adicionais, como sejam as velas e as horas extraordinárias. Pedem, mais, que a sua formação seja equiparada a dos técnicos médios e com efeitos sobre a redução da idade da reforma - hoje fixada em 65 anos para os homens e 60 para as mulheres -, para 32 anos de serviço ou 55 anos de idade, entre outras reivindicações.

Constância de Pina

SAÚDE NO PAPEL

O desenvolvimento do sector da Saúde não se faz, apenas, com a formação de médicos e enfermeiros, construção de infra-estruturas e equipamentos modernos. A saúde faz-se também com a sua história, para que os erros do passado não se repitam. E em termos de registo histórico da Saúde, a realidade era pouco menos que árida. Um panorama que entretanto começa a ser alterado. Sinal disto é o livro do médico psiquiatra Irineu Gomes.

A Política de Descentralização dos Serviços de Saúde em Cabo Verde, 1975/2000, põe no papel a realidade da Saúde no arquipélago durante o período em análise. O livro, que é resultado da tese de doutoramento em Saúde Pública de Irineu Gomes, leva o leitor a percorrer a administração pública cabo-verdiana nesse período para chegar à realidade da saúde no país.

E é quando se centra num sector que lhe é conhecido, pela sua experiência como médico e como ministro da Saúde durante 11 anos, que Irineu Gomes mostra o seu à-vontade com a temática. Primeiro, introduz o leitor nesta história da Saúde em Cabo Verde, desde o seu início, quando o rei D. Manuel, “*pela carta de lei de 30 de Junho de 1497*”, “*mandou construir, na Vila da Ribeira*

Grande, na Ilha de Santiago, o primeiro hospital da Colónia”.

Essa incursão pela história é, entretanto, uma espécie de aperitivo para o que vem a seguir e que realmente conta, a construção do sistema de Saúde do Cabo Verde independente. E esta é uma história que nos interessa ainda mais de perto e mais intensamente.

E de problema em problema, de descentralização em descentralização, que entretanto não atingiu ainda o seu nível ideal, o autor aponta as suas preocupações de estudioso do sector para o que deve ser feito. Para que a descentralização e as suas consequências positivas seja uma realidade a nível da Saúde.

O livro A Política de Descentralização dos Serviços da Saúde em Cabo Verde é uma edição do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, na sua colecção Estudos e Pesquisa. É lançado num ano particularmente produtivo para o IBL e vem enriquecer a bibliografia específica da Saúde em Cabo Verde que contava apenas com um livro, a História da Medicina em Cabo Verde, do médico Henrique Santa Rita Vieira.

Tabaco: Mortal sob todas as formas

Sem dados oficiais sobre a realidade do tabagismo no país, o Ministério da Saúde de Cabo Verde não dispõe, também, de serviços para apoiarem os fumadores que querem deixar o vício. Diante disto a aposta é na prevenção, reforçada por esta altura do ano, já que a 31 de Maio se celebra o dia mundial da luta contra o tabaco.

Para que a sociedade cabo-verdiana tome consciência de que o “*tabaco é mortal sob todas as formas*”, o Centro Nacional de Desenvolvimento Sanitário (CNDS) celebra o dia mundial de luta contra o tabaco com uma série de actividades. A novidade este ano vai ser o desafio, lançado pelo CNDS às empresas de todo o país, para que no dia 31 ninguém fume no local de trabalho.

Paralelamente a isto, outras activida-

des, voltadas sobretudo para os jovens, vão ser realizadas, não só por altura do dia mundial como ao longo de todo o ano. A responsável pelo programa do Tabaco, no CNDS, a psicóloga Ana Cristina Lima, destaca, aqui, uma iniciativa envolvendo todas as escolas secundárias da Praia, cujos alunos vão ser convidados a pintarem murais com a temática de luta contra o tabaco.

Iniciativa que conta com o apoio da Sita, os murais na escola podem chegar a outros pontos do país. “*Tudo vai depender do impacto dessa actividade na Praia. Se tudo correr bem vamos alargá-la a outros pontos do país*”, diz Ana Cristina Lima, que aposta em estender a campanha de sensibilização para além do dia mundial e abranger um público o mais

diversificado possível.

Para tal o programa de actividades é intenso, arrancando amanhã na capital com um Sarau Cultural no Palácio do Cultura onde se realiza, também, uma exposição sobre as consequências do tabaco na vida das pessoas. E por falar em consequências, dados recentes mostram, para além dos males já conhecidos, o tabaco causa também cegueira em quem fuma e nos fumadores passivos.

É por estas razões, numa realidade onde já há países em que o sistema de saúde não assume o tratamento de pacientes vítimas do cigarro, que o Ministério da Saúde decidiu fechar o cerco ao tabaco. E nesta tarefa quase que solitária o unico apoio concreto chega da Igreja Adventista com os seus cursos deixar de fumar em cinco dias.



Um grupo de cidadãos praienses, e também do interior de Santiago, tem feito circular um abaixo-assinado onde reagem a uma notícia segundo a qual o governo de Cabo Verde vai dar por findo o contrato com o médico cirurgião Morris Makar. Informados de que a decisão do Ministério da Saúde tem a ver com questões administrativas, esses cidadãos afirmam que, em se tratando do interesse dos cidadãos por um dos bens mais caros, a saúde, “o governo deve encontrar formas de dar a volta a tais exigências, como faz em outras questões de interesse nacional”.



HOSPITAL DA PRAIA, PODE FICAR SEM MORRIS MAKAR

“Cabo Verde não pode perder Morris Makar”

“Ai que pena! Quem vai operar os pobres?” Com esta reacção uma funcionária do Ministério da Saúde reage à notícia segundo a qual o seu Ministério teria decidido pôr fim ao contrato do médico cirurgião Morris Makar. Uma notícia que está a movimentar profissionais da saúde, cidadãos da Praia e interior de Santiago. São pessoas para as quais o médico egípcio, há 23 anos em Cabo Verde, é, pela sua competência e correcção ao tratar “tanto pobres como ricos”, uma verdadeira instituição nacional.

Os signatários do abaixo-assinado, no meio da semana já com mais de três mil assinaturas, não aceitam nenhuma explicação para a medida. E dizem que, caso Basílio Ramos insista com a ideia “que não lembraria ao diabo”, estão dispostos a manifestar-se publicamente. Para o que consideram ser também um direito à saúde e à vida. É que, para esses cidadãos, “Cabo Verde não pode perder o Dr. Morris por causa de uma simples questão de gestão”.

Benilde Silva é um dos signatários do abaixo-assinado. Ao defender a permanência de Morris no país, ela diz que, diante da precariedade de que ainda padece o sistema de saúde, “a pouca credibilidade que eu tenho no sistema é por causa de gente como ele”.

Ainda segundo a mesma fonte, Morris Makar é um tipo de médico que “está sempre disponível. Ele é dos poucos médicos que vai à casa das pessoas”. E por esta dedicação e competência, mesmo tendo um contrato especial, ele ganha menos do que muitos dos seus colegas. “Há muitos médicos por aí que, com suas clínicas, ganham muito mais do que ele, que se multiplica em atendimentos que nunca cobra”.

Relativamente à questão de gestão, sobre a qual se fundamentaria a decisão do Ministério da Saúde em pôr fim ao contrato do Dr. Morris, Silva diz que “se há um modelo administrativo que o seu contrato está a violar, o Governo que viabilize isto”. Ao actuar assim, estará a “viabilizar a saúde e a vida de quem não pode pagar” por um atendimento privado.

E para tal, diz Benilde Silva, basta ao governo contabilizar as consultas que ele dá de graça, premiar o atendimento de qualidade que ele presta. “Gerindo isto, e mesmo mantendo o contrato que o Dr. Morris tem, o Estado estará, na verdade, a fazer poupança”. Além disto a nossa fonte defende que “uma questão administrativa não pode ir contra a nossa saúde”, algo que o governo “deve priorizar”.

A **Semana** sabe que, diante da ameaça de Morris Makar deixar o país, de que também é cidadão -, já foi condecorado duas vezes por reconhecimento ao trabalho prestado à saúde dos cabo-verdianos -, privados já quiseram contratá-lo. Contratos que, apesar de vantajosos, o médico não aceitou porque, segundo uma fonte, “ele é cabeça dura. Para ele trabalho de médico deve ser no hospital”.

Ao que consta não é a primeira vez que os pacientes do Dr. Morris são surpreendidos com a notícia do fim do seu contrato. Em 2001, circulou o rumor que o médico deixaria o país devido a problemas políticos, relacionados com a sua amizade com o antigo primeiro-ministro, Carlos Veiga.

Entretanto, fontes de dentro do hospital Agostinho Neto afirmam que, tanto em 2001 como agora e noutras vezes que a questão foi levantada nos bastidores desta movimentação estão colegas do cirurgião. Afectados nos seus interesses pela imagem de competência, dedicação e disponibilidade para tratar, de forma igual, pessoas de todas as origens, esses colegas estariam a pressionar Basílio Ramos para dar por findo o contrato que o Estado de Cabo Verde mantém com o médico egípcio.

Este semanário procurou abordar responsáveis da Saúde sobre o caso. Na ausência do ministro, que está fora do país, o director-geral, Carlos Brito, falou sobre o assunto. Segundo Brito, “há todo o interesse de Morris Makar continuar no país, mas só que tem de ter um contrato à nossa medida”.

Carlos Brito defende por isso um contrato que esteja no mesmo nível dos médicos nacionais com a sua categoria, cujo salário ronda hoje os 140 mil escudos. O DG da Saúde faz

ainda questão de frisar que o que está em causa não é a justeza do salário que o Dr. Morris Makar auferire com base nesse contrato. “O que se passa é que, actualmente, o Ministério da Saúde não tem esse dinheiro” para manter o referido contrato, cujos custos são assumidos pelo orçamento da Saúde.

Carlos Brito também quer deixar bem claro que o Ministério da Saúde não se quer “desembaraçar do Dr. Morris”. Ao contrário do que a movimentação de cidadãos faz crer, “estamos dispostos a assinar com ele um contrato nacional, que substitua o seu contrato precário que vence anualmente, e que tenha em conta os 23 anos de trabalho em Cabo Verde”. Um contrato que o coloque na categoria de um colega cabo-verdiano com esse tempo de trabalho.

Entretanto, segundo o director-geral da Saúde avançou, ao ser informado pelo Ministro Basílio Ramos da situação, o médico afirmou que, com essas condições, ele volta para o Egipto. Uma decisão que, deixa entender Carlos Brito, o Ministério da Saúde não pode alterar, visto ter que dar respostas às exigências de contingência orçamental do Estado.

Mas o problema não é só esse, diz o DG da Saúde. Além da realidade orçamental em si, o facto de Morris Makar ter nacionalidade cabo-verdiana faz com que o seu contrato, muito acima da média dos seus colegas com a mesma função, esbarre em questões legais. Algo que, afirma Brito, traz problemas para o Ministério a nível da gestão global dos outros contratos.

QUANTO CUSTA MORRIS MAKAR

Estando no país há 23 anos, e sendo um médico querido por todos, Morris Makar recebe, segundo dados do Ministério da Saúde, cerca de quatro mil dólares de salário, além de subsídio de renda de casa, viatura e bilhetes internacionais para ele e a família, que vive no Egipto, duas vezes por ano, fora dois meses de férias por ano. Tudo assumido pelo orçamento do Ministério da Saúde.

Além disso, e segundo dados da administração da Saúde, o contrato não obriga o médico à exclusividade, permite-lhe, por exemplo, dar consultas privadas ou ser avençado de algum serviço. Condições de longe superiores à dos seus colegas nacionais.

São números que muitos dos apoiantes de Morris Makar conhecem. Mas esses cidadãos afirmam que o médico faz por merecer cada centavo que recebe do Estado de Cabo Verde, isto tendo em conta a qualidade do seu trabalho “e a disponibilidade em tratar, da mesma maneira, tanto ricos como pobres. Por isto não queremos que o Ministério apresente essa desculpa”, diz um entrevistado de **A Semana**.

Em reacção a este não querer saber, o director-geral da Saúde estranha a postura desses cidadãos. E não entende porque não se tem a mesma postura quando, por exemplo, há falta de medicamentos. Quando uma tal situação acontece “as pessoas pressionam, querem saber porque isto acontece”. “E para comprar medicamentos é preciso recursos. Recursos que têm que ser conseguidos, por exemplo, com base numa melhor gestão”, sublinha.

Esse responsável da Saúde diz-se sensível à preocupação dos cidadãos relativamente à qualidade do serviço prestado pelo Dr. Morris. Mas afirma que a gestão não se faz por este princípio. “Hoje temos sete cirurgiões no Hospital Agostinho Neto e, em termos de gestão, parte-se do princípio que eles são capazes de dar resposta às necessidades desse sector específico”.

A terminar Carlos Brito faz questão de afirmar que não há nada contra o médico, mas sim uma medida de gestão que é necessário tomar. E se o Dr. Morris decidir partir mas, depois, decidir voltar, “faremos muito gosto em recebê-lo”, mas nas condições contratuais que vigoram para o médico nacional. É que, deixa entender, fica difícil para Cabo Verde explicar a situação de um profissional que tem um estatuto de cooperante por mais de dois terços da sua vida profissional.

STJ pronuncia sobre caso Shell

O julgamento do processo Shell, anteriormente marcado para 7 de Junho, foi suspenso e, segundo apurou este jornal, ainda não há uma data alternativa no horizonte. O Presidente do Supremo Tribunal da Justiça deu provimento à reclamação da defesa e concluiu que o despacho do juiz, que marca a data da audiência, é recorrível à luz do antigo Código Penal. Como refere o juiz-presidente do STJ num despacho datado de 12 de Maio, o código de 1929 estava em vigor na altura em que o arguido Orlando Ramos foi acusado do desfalque de 54 mil contos dos cofres da Shell, ou seja, em Outubro de 2003.

"Tendo o processo em apreço tido o seu início na vigência da lei antiga, esse direito de recurso do despacho de pronúncia que assistia ao arguido deve ser conservado, sob pena do agravamento da sua situação processual", afirma Benfeito Mosso Ramos, acrescentando ainda que o despacho do Tribunal de S. Vicente deve ser "revogado e substituído por outro que admite o recurso interposto".

A decisão do STJ veio baralhar as contas ao Tribunal de S. Vicente pois, segundo apurou este semanário, o julgamento foi suspenso e sem data à vista, por enquanto. A aplicação do disposto no código de 1929 vem, assim, favorecer o arguido Orlando Ramos pois, se fosse aplicado o actual Código de Processo Penal, o despacho do juiz não seria recorrível. Nesse caso, a data do julgamento continuaria a ser 7 de Junho. Embalada por esta vitória, a defesa pretende encaminhar um outro recurso ao STJ e solicitar a retirada da Shell como assistente no processo bem como do próprio advogado da petrolífera.

Entretanto, merece reparo a informação veiculada por este semanário na passada semana, segundo a qual Orlando Ramos seria ouvido em Tribunal no dia 22 de Junho num processo cível movido pela Shell e que visa a restituição dos 54 mil contos alegadamente desviados pelo técnico financeiro. Na verdade, nessa data acontece o julgamento do processo laboral que Ramos intentou contra a companhia, com o propósito de conseguir a sua reintegração no trabalho ou então uma indemnização pelo tempo de serviço.

Outro dado incorrecto avançado na peça diz que Ramos ficou 40 dias detido sem acusação formada quando, segundo o técnico, passou o dobro desse tempo encarcerado. "Acontece que a acusação deveria ser feita no prazo de quarenta dias mas só aconteceu passados mais de dois anos sobre a minha prisão preventiva", esclarece o técnico financeiro.

KzB



Clandestinos do Awaid 2 já estão no Senegal

Os 58 emigrantes clandestinos, mais os cinco tripulantes mauritanos do pesqueiro Awaid 2, já chegaram a Dakar, no Senegal. Os passageiros que detêm a nacionalidade senegalesa desembarcaram do navio cabo-verdiano Djon Dade, que os transportou de volta à Casa. As negociações para o repatriamento dos restantes emigrantes, naturais de 13 diferentes países africanos, mantêm-se, devendo cada um dos clandestinos ser entregue às autoridades dos seus países nos próximos dias.

Djon Dade partiu do porto da Praia há uma semana atrás, levando a bordo, por questão de segurança, 15 agentes da POP e outros 15 das Forças Armadas de Cabo Verde. A viagem de repatriamento tornou-se possível depois de aturadas negociações entre Praia e Dakar, último porto do Awaid 2, antes de chegar a Cabo Verde.

Por falta de condições de navegabilidade, o pesqueiro permanece ainda atracado ao Porto da Praia, devendo ter o mesmo destino de uma outra embarcação utilizada no tráfico clandestino de pessoas: o fundo do mar de Cabo Verde. De pavilhão ganense, esta embarcação foi localizada (e resgatada) a 6 de Maio nas proximidades da ilha Brava, depois de várias horas à deriva, devido a uma avaria mecânica no motor.

Ao aproximar-se do porto da Furna foi dada a informação de que havia 13 pessoas a bordo, mas afinal a Polícia Marítima acabou por detectar mais de cinco dezenas de passageiros encerrados no porão. O rebocador Cabo Verde que já estava a acompanhar a embarcação para a ilha do Fogo acabou por se dirigir para a capital do país, onde se manteve durante dez dias.

Os emigrantes eram, sobretudo, do Senegal, Mali, Guiné-Bissau e Serra Leoa, e pretendiam chegar às Canárias, via Cabo Verde, conforme confessaram às autoridades cabo-verdianas e à imprensa.

Este é o segundo repatriamento feito por Cabo Verde no espaço de um ano, tendo em conta que em 2005 o mesmo Djon Dade serviu para transportar mais de cem clandestinos encontrados também nas águas de Cabo Verde. À semelhança de uma outra embarcação, o Florence, o Awaid 2 tem o seu destino praticamente traçado: vai ser afundado, por falta de condições de navegabilidade.

UE aperta cerco à imigração ilegal

Apanhado nesta encruzilhada de rotas migratórias ilegais, o Governo cabo-verdiano vem aplaudir as medidas anunciadas esta semana pela Comissão Europeia para controlar a imigração clandestina que chega às Canárias. "Cabo Verde", afirma o ministro da Administração Interna, Júlio Correia, "está profundamente empenhado no combate à emigração clandestina nesta região".

A vice-presidente do Governo espanhol, Maria Teresa Fernandez de la Vega, e o comissário europeu para a Justiça e a Segurança, Franco Frattini, enumeraram, no total, 15 medidas que a UE irá tomar nas próximas semanas para ajudar Madrid. Entre elas figura a mobilização de "um sistema de patrulha naval e aéreo", explicou Frattini. "Oito Estados membros já indicaram que estavam prontos a dar a sua ajuda e que porão à disposição barcos rápidos para assegurar estas patrulhas

no mar ao longo da costa das Canárias, mas também do Senegal, da Mauritânia, ou de Cabo Verde", acrescentou.

Este "exercício de patrulha" deverá ser estendido a outros países africanos "dentro de alguns meses", acrescenta a Agência Europeia das Fronteiras, encarregada de coordenar a acção dos 25 em matéria de gestão das fronteiras externas. Este organismo vai enviar no início de Junho para as Canárias uma "equipa de reacção rápida" composta por peritos que ajudarão as autoridades espanholas a identificar os problemas com os migrantes.

A agência, cuja sede é em Varsóvia, reúne-se a 30 de Maio para ratificar esta decisão, precisou Frattini, segundo a Lusa. Entre outras medidas anunciadas figura a possibilidade de se utilizar fundos europeus para co-financiar a vigilância das fronteiras, operações de repatriamento dos clandestinos e a construção de dois centros de acolhimento temporário para imigrantes expulsos, um na Mauritânia e outro no Senegal.

A Comissão vai também pedir fundos para experimentar um sistema electrónico de "vigilância marítima" que permita melhorar as capacidades de detecção das patrulhas. Depois do reforço dos controlos nas costas espanholas e marroquinas, os candidatos africanos à imigração afluíram em massa nos últimos meses às costas do arquipélago das Canárias a bordo de frágeis embarcações partidas da Mauritânia e das Canárias. Mais de 7.500 chegadas de clandestinos foram registadas desde Janeiro nas Canárias, onde o recorde de 9.929 intercepções atingido em 2002 será de certeza batido em 2006.

Advogado acusa magistrada junto do STJ

O advogado Pedro Delgado intentou junto do Supremo Tribunal de Justiça uma queixa contra uma magistrada do Tribunal de São Vicente, por alegado crime de "denegação da Justiça". Este advogado de defesa de dois ex-trabalhadores de uma oficina de carpintaria, endereçou um recurso ao STJ, no dia 22 de Maio, no qual acusa a juíza de ter realizado o julgamento de um caso laboral em recurso no STJ sem aguardar uma decisão do Supremo.

Delgado considera que a juíza abusou do poder ao adiantar a audiência "sem que primeiro o Supremo conhecesse e julgasse o recurso de agravado", entre outros argumentos levantados pela defesa dos dois trabalhadores. Segundo Delgado, o julgamento foi realizado no dia 23 de Fevereiro sem a sua presença, na qualidade de advogado de defesa. É que, o jurista negou comparecer à audiência por entender que a Primeira Instância deveria aguardar por uma decisão do órgão superior, antes de proceder ao julgamento.

Para Delgado, a magistrada prejudicou os interesses dos dois trabalhadores. Aliás, a sentença do Tribunal de S. Vicente nesse processo foi favorável à entidade empregadora. Uma pena que impede os visados de conseguirem a reintegração no trabalho, tal como tencionavam, e que agora motivou a queixa ao STJ e que acusa a magistrada de "denegação de Justiça".

Contactada a propósito desta questão, a magistrada judicial considerou natural que um advogado recorra ao Supremo quando não está satisfeito com uma determinada decisão. Posto isso, evitou fazer mais comentários sobre a matéria.

Entretanto, o advogado Pedro Delgado compareceu no Tribunal de S. Vicente, esta quarta-feira, para ser ouvido, como arguido, num processo sumário, em que é acusado pelo Ministério Público de mazelas a um agente da POP. No entanto, a audiência acabou por ser adiada para 9 de Junho.

Este processo teve a sua origem numa briga entre Delgado

e o cidadão José Monteiro, em plena Rua de Lisboa, e que implicou a intervenção de dois agentes da POP. Para poder repor a ordem, um dos policiais terá aplicado duas bastonadas ao advogado, numa altura em que este estava engalfinhado com o seu opositor. Ao sentir as pauladas, Delgado reagiu e foi, assim, detido por desacato às autoridades. Como ele próprio reconhece, levou uma das mãos ao pescoço do agente, mas considera esse um acto de auto-defesa, para evitar apanhar mais bastonadas. Versão diferente tem a POP, que o acusa de resistência e ofensas a um agente policial.

Este caso promete ganhar novos contornos, pois Delgado diz que já intentou três queixas-crime: contra Monteiro - por ofensas à honra -, contra o Comando da POP de S. Vicente, com o fundamento de que foi acusado de desrespeito à autoridade numa notícia emitida pela TCV, e contra o agente que o agrediu, por atentado à sua integridade física.

KzB